



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

COMUNIDADES TRADICIONAIS E CULTURAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O CASO DE “COMUM” NO RECÔNCAVO BAIANO

Renilton da Silva Sandes

Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional da UNEB - Campus V.

E-mail: rsandes.uneb@yahoo.com.br

Rocio Castro

Prof.^a Mestrado em Cultura, Memória Desenvolvimento Regional da UNEB/Campus V.

E-mail: rocio_kustner@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Quando os colonizadores europeus chegaram às Américas, os índios nativos ainda não tinham passado por uma revolução agrícola e seus modos de sobrevivência baseavam-se praticamente na coleta de raízes, frutos, na caça e na pesca. Também não se adaptaram à produção escrava do monocultivo colonial, fato que se derivou na maior exportação de mão de obra escrava trazida da África, que começou nos engenhos no território da casa grande e a senzala – núcleo da civilização brasileira, segundo Freire. Trás a abolição da escravidão, com o advento da revolução industrial, os ex-escravos, novos libertos descendentes de africanos, só tinham como meio de sobrevivência o cultivo da terra nas terras dos coronéis e fazendeiros, ainda de forma semi-escrava e inclusive escrava como existe até hoje. O trabalho agrícola era realizado por toda a família, como o foi na escravidão, como era na África. Nesse sentido, podemos dizer que a agricultura familiar não é uma prática nova, sempre existiu desde a revolução agrícola, o que mudou foram os donos da terra, os donos do poder – senhores da casa grande, coronéis e depois fazendeiros (CASTRO, 2006).

A chamada industrialização tardia – tardia porque chegou ao Brasil após 1950 - trouxe também a fantasia do progresso: um modelo de desenvolvimento focalizado nas fábricas assentadas nas urbes. E assim foi como a agricultura familiar como elemento de desenvolvimento ficou esquecida. Para compreender melhor esse “esquecimento” temos



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

que entender também melhor esse modelo de desenvolvimento que fez do Brasil um estado desenvolvimentista representado pela bandeira da “ordem e progresso”.

A fabricação de insumos para o consumo era o principal objetivo da política econômica do estado desenvolvimentista, que entendia o desenvolvimento como crescimento econômico, independentemente do que este crescimento significasse para a maioria dos operários empregados nas fábricas, que continuavam e continuam realizando trabalho semi-escravo, dado o poder aquisitivo de seus salários. Menos importava ainda o efeito que este modelo de desenvolvimento tinha no mundo rural de pequenos agricultores que, por estar esquecidos, sonhavam ilusoriamente com uma vida melhor nas cidades. Esta ilusão é ainda viva entre tantos trabalhadores rurais por ter incorporado a idéia de que desenvolvimento é indústria, e ainda esperam a chegada de uma fábrica no seu entorno como alavanca do desenvolvimento (CASTRO, 2006).

Com o processo de modernização da agricultura entram em cena as sementes selecionadas, tratores e os fertilizantes químicos e agrotóxicos. A idéia de que eles controlassem pragas contribuiriam para o aumento da produção e conseqüentemente para uma maior lucratividade chegou até os pequenos produtores rurais, fazendo com que muitos, na medida do possível, substituíssem as técnicas tradicionais de cultivo pelas novas técnicas difundidas pela Revolução Verde.

O processo de revolução industrial tocou seu fim e, deslocada pela revolução tecnológica, já não é o principal fator que dinamiza a economia e gera emprego. A pobreza também saturou os centros urbanos, atualmente enchidos de favelados desempregados e tentados mais do que nunca ao acesso do consumo símbolo de desenvolvimento via tráfico de drogas. O estado desenvolvimentista, que levou a economia brasileira, medida pelo produto interno bruto, ao fenômeno do milagre brasileira em 1964, foi questionado, mas políticas de desenvolvimento atrelado a industrialização continuaram se praticando. Assim é como nos 1970 entrou massivamente a Revolução Verde: exploração de grandes hectares de terra para o monocultivo e a exportação, ou seja, voltando à agricultura colonial, desta vez com a ajuda de maquinaria e pesticidas garantindo a produção através da mão de obra escrava.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Mas o mundo hoje, mesmo porque alcançou níveis de destruição apavorantes, tem mais consciência ecológica, e até os governos questionam a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento concebido como crescimento econômico e medido pelo PIB. Por isso que o governo de Fernando Enrique Cardoso criou o Programa Nacional de Agricultura Familiar –PRONAF - como política pública de apoio e incentivo à agricultura familiar que, de certo modo, continua praticando o trabalho agrícola como começou nos primórdios das culturas: diversificado e sem agrotóxicos.

A recuperação do esquecimento dos agricultores familiares nos leva a viajar na memória de outras culturas que sobrevivem com práticas do passado –as comunidades tradicionais - para observar como estas práticas, por respeitar os ciclos da natureza, oferecem potencialidades para o desenvolvimento local entendido este como qualidade de vida por igual tanto para a comunidade envolvida quanto para o ecossistema no qual habita. Neste trabalho faremos uma reflexão sobre a Comunidade Comum no município de Elísio Medrado a partir da observação direta e entrevistas abertas.

1. CULTURAS PARA O DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

Segundo a antropologia, a cultura, única atividade que nos diferencia dos animais, apareceu quando a agricultura - daí veria a palavra – surgiu, provavelmente, há cerca de 10 mil anos, no Período Neolítico, quando os seres humanos começam a cultivar a terra e assim adquirir conhecimento sobre as sementes, habilidades para construir ferramentas e abrigo para as coletas (LEVY STRAUSS, 1997). Assim as sociedades primitivas dividiam-se em nômades, fundamentalmente ao cuidado dos animais, e sedentárias, ao cuidado da agricultura, divisão que ainda persiste em grande parte do continente africano, onde começou a agricultura e a cultura. O primeiro e mais antigo significado de cultura encontra-se na literatura do século XV, referindo-se a palavra ao cultivo da terra, de plantações e animais. É nesse sentido que entendemos palavras como agricultura, floricultura e suinocultura.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Com a prática da agricultura vão se sedimentando hábitos e costumes atrelados ao cultivo propiciado pelos distintos ecossistemas existentes na natureza, à forma de trabalhar a terra e à arte culinária exercida em função dos tipos de alimentos – assim podemos compreender que a farinha de mandioca, já usada pelos primeiros habitantes do território hoje denominado Brasil, seja um dos elementos base da dieta alimentar do nordeste brasileiro, e poderia continuar formando parte fundamental da dieta alimentar, junto com outras raízes indígenas como o inhame, a cabaça e a batata, se Getúlio Vargas não tivesse feito um acordo com os Estados Unidos para a importação massiva de trigo e, com isso, modificou os hábitos introduzindo o hábito de consumir pão no café da manhã (CASTRO, 2006).

Nesse contexto, tomando por base as nações do tronco Tupi, com as que os colonizadores Portugueses mantiveram mais contato, podemos afirmar que, de forma geral, as sociedades indígenas brasileiras, assim como seus remanescentes, viviam, há milhares de anos, num regime de comunidade primitiva. E é bom lembrar que nesse tipo de comunidade não existia propriedade privada, pois os únicos bens individuais eram os instrumentos de caça, pesca e trabalho, como o arco, a flecha e os machados de pedra. A terra, essencialmente vital para o índio, pertencia a todos. Dela se extraía o sustento da comunidade. O índio se considerava parte da terra. A economia era natural, de subsistência. Produziam apenas o necessário para o consumo e só eventualmente havia troca de produtos (escambo) entre comunidades diferentes, o que estreitava o laço de solidariedade entre elas.

Assim, a cultura está formada por hábitos e costumes transmitidos de geração em geração, mas, como atividade realizada pelos seres humanos, também entendemos aqui todo ato não só de ser, mas de se tornar e como tal, pode também se transformar naquilo que desejamos construir. Por isso que apresentamos aqui a cultura como fenômeno cambiante, em constante modificação e recriação – processo de criação continua, mas sempre acima das experiências adquiridas (BAUMANN, 2001; EAGLETON, 2005; HALL, 1999).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

A prática da agricultura trouxe uma revolução – a revolução agrícola -- pois implicou em grandes mudanças na forma de viver: os seres humanos voltaram-se sedentários para poder recolher os frutos, adaptado seus tempos de vida aos tempos do cultivo, moradias, e aos ciclos da natureza, que foram também fonte de inspiração para ritos e mitos em torno a suas forças, constituindo-se muitos deles em práticas religiosas. Assim foi como as culturas, num princípio diferenciadas por dietas alimentares em sintonia com os ecossistemas, foram se cada vez mais diversificando e diferenciando nas partes diferentes do planeta.

Podemos dizer que a colonização européia, de certa forma, introduziu uma nova mudança uniformando essa diversidade em função dos monocultivos para a exportação e a satisfação da demanda do primeiro Mundo: assim grandes territórios das Américas foram destinados à exploração de açúcar (o ouro branco) e algodão, tabaco, café, dentre outros produtos (CASTRO, 2004). No nordeste brasileiro, onde começou a colonização, temos o trágico exemplo de como o monocultivo que explorou a mão de obra indígena e degradou a Mata Atlântica da faixa litorânea entre Rio Grande do Norte e o Rio de Janeiro, com a extração do pau-brasil madeira que deu nome ao nosso país e hoje está em extinção, destruindo de maneira impiedosa grande parcela das florestas litorâneas. Essa prática perversa do colonizador já sinalizava os princípios de destruição da nossa biodiversidade até hoje devastadora, como podemos constatar no caso da exploração massiva, e até os anos 90 muito rentável em termos econômicos, do cacau, sobre tudo na região de Ilhéus, que sugou as defesas naturais da terra ficando exposta a praga da vassoura de bruxas impossibilitando seu cultivo.

Como não houve uma distribuição da terra após a abolição em 13 de maio de 1888, a herança direta do sistema de capitanias hereditárias que sobre o lema colonizar significava povoar, ocupar, estimular o desenvolvimento, administrar e garantir a defesa militar da terra, consolidou o aparelho administrativo da colônia na divisão do território em grandes lotes, tendo como resultado a origem e afirmação efetiva e definitiva dos latifúndios no Brasil atual. Nesse contexto, a Lei de Terras de 18 de Setembro de 1850, foi uma das primeiras leis brasileiras, após a independência, a dispor sobre normas do direito agrário que estabeleciam a compra como a única forma de acesso a terra. Com o



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

claro intuito de garantir o fornecimento de mão-de-obra aos latifúndios, essa lei também serviu para impedir o acesso dos imigrantes à propriedade. (SENE e MOREIRA, 1998).

Esses sistemas, o político-econômico da capitania hereditária e o jurídico da Lei de Terras de 1850, trazem em seu bojo as raízes e as chagas da exclusão do acesso à terra implantado pelo colonizador Português, que até hoje dificulta o processo de reforma agrária e o Brasil continua sendo um dos países com maior índice de concentração de terras do mundo. Por isso que o Movimento dos Trabalhadores sem Terra - MST é um dos movimentos sociais mais emblemáticos do Brasil e das Américas ao permitir que milhares de famílias que ficaram trabalhando a terra e, sob o lema de “ocupar, resistir e produzir”, puxaram para a reforma agrária.

2. POTENCIALIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS PRÁTICAS DE SOBREVIVÊNCIA DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS

A relevância do desenvolvimento sustentável busca em aprofundar os estudos sobre os povos e comunidades tradicionais distribuídas espacialmente pelos ecossistemas do território brasileiro. Pensar nessa temática implica necessariamente num estudo histórico e, principalmente geográfico, sem perder de vista a análise de suas potencialidades endógenas como alternativas para o desenvolvimento local. O nosso interesse é compreender de maneira mais ampla, o potencial local que é gerado no bojo dessa relação simbiótica entre a comunidade e a utilização dos recursos da natureza, que dessa maneira faz emergir elementos materiais e simbólicos acoplados a sua sobrevivência, que podem ser percebidas como parte de um todo que compõe o reconhecimento da nossa diversidade sociocultural e biológica.

Dessa forma, o desenvolvimento local incorporado no bojo das potencialidades endógenas desses grupos, sinaliza como sugestão a alternativa de estabelecimento de uma nova lógica, fundada nos princípios de um outro modelo de desenvolvimento. Nesse sentido, é necessário empreender uma série de ações sociais e ambientais articuladas conjuntamente, que visem melhorar as condições de vida dos povos e das comunidades tradicionais presentes no território brasileiro através de mecanismos de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

incentivo ao desenvolvimento do potencial local, com base em critérios socialmente justos e ambientalmente sustentáveis (BUARQUE, 2002; CASTRO, 2006).

Segundo Diegues (2008, p. 87), “um aspecto relevante na definição de culturas tradicionais é a existência de sistemas de manejo dos recursos naturais marcados pelo respeito aos ciclos naturais, à sua exploração dentro da capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas”. Esses sistemas tradicionais de manejo não são somente formas de exploração dos recursos naturais, mas revelam a existência de um complexo de conhecimento adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos, de mitos e símbolos que levam a manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas naturais.

As comunidades tradicionais aproveitam os recursos dos distintos ecossistemas geralmente de forma racional e equilibrada, sem prejudicar significativamente o meio ambiente, e detêm um amplo conhecimento tradicional da biodiversidade. Todo esse ensinamento nos ajuda a compreender a necessidade de romper com a lógica de modelos de crescimento econômico exacerbado e desequilibrado entre classes sociais, degradação da natureza e desrespeito à cultura dos povos e comunidades tradicionais.

Ainda de acordo com Diegues (2008), existe intenso debate quanto ao significado dos termos populações nativas, tribais, indígenas e tradicionais. A confusão não é somente de conceitos, mas até de expressões nas várias línguas. Assim, ela se aplica aos povos que vivem em áreas geográficas particulares que demonstram, em vários graus, as seguintes características comumente aceitas: **a)** ligação intensa com os territórios ancestrais; **b)** auto-identificação e identificação pelos outros como grupos culturais distintos; **c)** linguagem própria, muitas vezes não a nacional; **d)** presença de instituições sociais e políticas próprias e tradicionais; **e)** sistemas de produção principalmente voltados para a subsistência.

O que tem nos chamado especial atenção no que diz respeito aos povos e comunidades tradicionais é sua relação com a preservação dos ecossistemas e da biodiversidade, uma vez que a degradação ambiental dessas áreas naturais implica também uma ameaça incisiva a sobrevivência psicológica e cultural desses grupos. Daí que para Vandana



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Shiva (2008) sejam “culturas vivas”. E podemos observar as sincronias entre esta idéia e o modo de vida dos povos e comunidades tradicionais, como grupos que são a expressão de “culturas vivas”, pois

“las culturas vivas se basan en la diversidad cultural y reconocen nuestra humanidad común y universal. Las culturas vivas son vibrantes, autogeneradoras y pacíficas, y están en evolución. Las culturas vivas tienen sus raíces en la vida: la vida de la Tierra, la vida de la comunidad”. “La Democracia de la Tierra aporta um contexto para las culturas vivas, ya que ambas se inspiran en la eterna sabiduría de las antiguas cosmovisiones y en las solidariedades emergentes de los nuevos movimientos de ciudadanos contra la globalización. Esta diversidad y multiplicidad, está dando origen a una nueva cultura viva: la de nuestra humanidad común y la de nuestras ricas diversidades” (SHIVA, 2006. pp. 133,139,140).

3. A COMUNIDADE DO “COMUM”: UM LUGAR DE MEMÓRIAS

Segundo o que escreve Norra (1981, p.13), “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais”.

Por meio da memória é revelado significados que os grupos humanos atribuem às áreas espaciais dos lugares, e permitem relacionar estes significados a outros aspectos de condições da existência das histórias vivas dos sujeitos. Observamos que uma resposta histórica através da memória recria o desfile de grandes eventos reconhecidos que tenham tido algo a ver com o lugar. Como escreveu Doreen Massey (2009, p.190), “se o espaço é, sem dúvida, uma simultaneidade de estórias-até-então, lugares são, portanto, coleções dessas estórias, articulações dentro das mais amplas geometrias do poder do espaço”. De acordo com a geógrafa inglesa, o entendimento de lugar não como pontos ou áreas em mapas, mas como integrações de espaço e tempo, como eventualidades espaços-temporais.

O trajeto até a comunidade do “Comum” é longo e cansativo. Mas a dificuldade do percurso é compensada pelo cenário de uma natureza ainda exuberante e encantadora. Distantes, respectivamente, 15 a 20 quilômetros da zona urbana, ou cerca de quinze minutos de carro, ao norte da cidade de Elísio Medrado.



No contexto dessa discussão, torna-se essencial uma breve caracterização da área onde se situa o objeto de estudo desta pesquisa. A história da ocupação humana – mais especificamente, dos colonizadores europeus – na região econômica do Recôncavo Sul, começa no período colonial e se processou a partir de doação de sesmarias para os membros da elite, os quais desbravaram o interior em busca de terras para o cultivo da cana-de-açúcar, do fumo, da mandioca e da criação de gado. A história do município de Elísio Medrado, especificamente na Serra da Jibóia¹, remonta à época da colonização brasileira por volta do século XVI, quando bandeirantes penetraram na região em busca de pedras preciosas, como também, índios para escravizar. O fato da pluviosidade na serra ser relativamente mais alta do que a área circundante, foi em fator determinante para sua ocupação (PARAÍSO, 1985).

Por vezes, o reconhecimento do território para a Coroa Portuguesa e o controle de levantamentos dos índios era também objetivo dos bandeirantes. O principal deles, Gabriel Soares organizou uma bandeira exploradora em 1591 que construiu uma fortaleza, na Vila de Pedra Branca, para armazenar mantimentos, armas e munições, para combater e aldear os “ferozes” índios Cariris e Sabujas que povoavam a região e constituíam uma “ameaça” ao processo de colonização. (PARAÍSO, 1985).

A comunidade do “Comum” está localizada em Elísio Medrado no estado da Bahia, especificamente no Território de Identidade Vale do Jequiriça, conforme regionalização adotada pela Secretaria de planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN) em 2007. Elísio Medrado foi emancipado de Santa Terezinha em 1962, dista 224 Km de Salvador (capital do estado), possui uma área de 100 km² e uma população estimada em 8 mil habitantes, segundo IBGE (2010). A economia de Elísio Medrado é baseada, principalmente, no setor primário, destacando-se a pecuária bovina, suína, ovina e asinina, e a produção agrícola, sobressaindo o plantio de mandioca, fumo, banana, laranja e milho, de acordo com dados do IBGE/Censo agropecuário de 2006.

¹ O topônimo “Serra da Jibóia”, muitos atribuem ao fato de que havia uma grande quantidade de cobras jibóia (*Boa Constrictor*) nas matas que a recobrem; outros atribuem ao fato de que o contorno sinuoso da desta Serra, lembra o aspecto desta cobra. Esta serra também já foi conhecida como Serra do Guaruru – uma espécie de palmeira que produz um cacho de frutos semelhantes ao açaí, sendo popularmente conhecida como Jussara ou *mané-véio*.



No “Comum”, -- objeto de nossa pesquisa em andamento -- uma das comunidades localizadas na APA da Serra da Jibóia há um grande percentual de negros na sua composição demográfica, o que leva alguns estudiosos a afirmar que provavelmente são remanescentes de quilombos formados por escravos fugidos das fazendas de café e engenhos próximos. Eles encontravam na topografia acidentada e na mata emaranhada um aliado que servia de obstáculo, dificultando o acesso dos seus alçozes. No entanto, são poucas as informações sobre a memória do lugar e a procedência da população que hoje ocupa essa comunidade. Provavelmente, os ancestrais dos atuais habitantes do “Comum” chegaram ao início do século XX depois do processo de abolição da escravatura.

A cada quilômetro percorrido no lugar vai formando uma estrada de memórias. Ao caminhar pelo chão de barro dessa estrada a natureza e a localização geográfica da comunidade do “Comum”, atualmente com 10 famílias, revelam vestígios da trajetória de um povo que encontrou, em contato com a terra e com os recursos naturais, a aprendizagem da prática agrícola de subsistência desencadeando o desenvolvimento de um modo de vida tradicional que enche o lugar de vida.

Ao chegar à comunidade do “Comum” não há como não se impressionar com a paisagem da Serra da Jibóia. A vegetação esparsa da Mata Atlântica cobre parcialmente a superfície terrestre. Hoje é possível distinguir as poucas casas entocadas na beira da mata. As rochas que circundam a terra na comunidade do “Comum” em muitos pontos já estão expostas devido à erosão, a retirada da cobertura vegetal ofusca o verde das árvores, o que permite ver com nitidez a imensidão de capim, em pastos quase infinitos. Esse cenário não se encaixa perfeitamente na imagem estereotipada de “Paraíso Natural” dado a Serra da Jibóia.

Os moradores do “Comum” são vistos como populações que ainda conservam um modo de vida tradicional ligada a terra, a natureza, com fortes laços de parentesco e de cooperação social no desenvolvimento das atividades que envolvem toda a comunidade. Os relatos feitos pelos moradores e obtidos através de entrevistas abertas recolhem, juntamente com uma tradição oral cada vez mais escassa, o pouco que se sabe sobre as origens da comunidade do “Comum”.



Esse fato é confirmado pelo modelo de ocupação e organização espacial da comunidade, e que se difere pela forma tradicional de apropriação dos recursos naturais. Podemos observar que o nome “Comum” da comunidade justifica a origem do povoamento daquelas terras, cuja ocupação não foi feita de forma individualizada, e sim em um regime de uso comum das terras. Pois as famílias que ali iam chegando construía seus ranchos, faziam suas roças de – manaíba de aipim e mandioca, fumo, batata, amendoim, milho, mangalô -- e criavam raiz naquele pedaço de chão, que passava ao longo dos anos a ser o seu lugar de morada. Podemos notar que o manejo do espaço conciliava a prática de várias atividades, -- agrícola, extrativista, caça e a pesca --, o que acabou caracterizando diferentes formas de uso e ocupação do lugar, fortalecido pelos laços de parentesco e das relações de solidariedade. As memórias de D. Dadai e de Srº João Moura são bem esclarecedoras nesse sentido,

“esse povo antigo era filho atrasado do pertence do lugar, não saia pra fora os filhos, ai foi fazendo rancho, foi morando, foi rendendo né, então aí ficou morando; isto aqui é parecendo uma aldeia, tudo é parente um dos outros, quando os pais morreu, cada um ficou com um pedacinho de terra, um num lugar, outro no outro; o ‘Comum’ é essa parte de terra aonde uma pessoa chegou aqui e começou a trabalha e cada um ficou com um pedaço terra; quem trabalhou 40 anos uma tarefa ou duas ficou com o lugar; uns plantava mais outros plantava menos de filho a filha foi passando e ficou com a terra até hoje; o ‘Comum’ daí todo mundo tem roça, eu trabalhei muitos anos em duas tarefas de terra, plantei muita manaíba, fumo, amendoim, feijão, mandioca”².

“essa terra aqui (batendo o pé no chão) não é nossa não; assim essa terra não é herança de minha avó, nem de pai, nem de mãe; essa terra tudo aqui é dos ausente; até os ausente voltar nós ta por aqui; daí o pessoal foi se ajuntando, morando, fazendo benfeitoria, formando família e crescendo; aqui todo mundo é parente de sangue mesmo, se passar e riscar uma linha assim (passa o dedo no sofá) pode vê que todo mundo é parente; os branco e os vermeinho não, pode ter um ou dois branco que casou com algum parente nosso, mas que é parente de sangue assim, não; mas esses daí de pele (negra - passa a mão no braço) é tudo parente nosso; o pessoal casou e trouxe a esposa pra cá, ai foi juntando família, mas não sei distribuir como era; se a gente for conversar, debaixo da raiz tem muito pano, muita carne; eu não sei contar direito como é do pé a rama, aí eu não distribuo; Ai tem muito velho que mora dentro do terreno dele, mas ta dentro do “Comum”; é do “Comum” porque já foi dos outros parentes antes, que fez o negócio pra trás, mas eu não sei contar do princípio, e sapecar também não sapeco”³.

² Srº João de Marcio Moura, 86 anos de idade, casado e aposentado. Entrevista concedida em 21 de Janeiro de 2011, na comunidade do “Comum”. Acervo do autor.

³ D. Dadai, 80 anos de idade, aposentada. Entrevista concedida em 08 de Fevereiro de 2011, na comunidade do “Comum”. Acervo do autor.



Estes e outros relatos de memória tomam o passado como interpretação de um lugar vivido e dão conta de uma história do grupo e sobre o grupo. Através dos registros de memória, os sujeitos retratam sua história e suas práticas culturais tradicionais, algumas delas utilizadas como marcas distintivas da comunidade. As memórias de D. Dadai e do Srº João Moura expressam as formas de organização social e da produção do grupo e de ocupação territorial do lugar, nas relações estabelecidas entre as famílias, com estreitos laços de parentesco, e a terra; entre a comunidade e o lugar.

Dialogando com os Halbwachs, sobre memória coletiva, Ricoeur (2007, p.133-134) afirma que, embora a memória coletiva extraia sua força e duração do fato de que um conjunto de homens lhe serve de suporte, aos indivíduos que se lembram enquanto membros do grupo. Agrada-nos dizer que cada “memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que esse ponto de vista muda segundo o lugar que nele ocupo e que, por sua vez, esse lugar muda segundo as relações que mantenho com outros meios”. Numa perspectiva similar, Milton Santos (1996, p.264), ao discutir sobre espaço, argumenta que “a memória coletiva é apontada como um cimento indispensável à sobrevivência [...] elemento de coesão garantidor da permanência e da elaboração”, de saberes herdados e reafirmados pela memória local, onde o passado e a memória guardam a história do grupo, e acrescentamos a história do lugar.

Na comunidade do “Comum”, os povos acabaram se fixando e optando por várias formas de sustento. O modelo de extrativismo desenvolvido baseava-se em um sistema de coleta de produtos florestais da Mata Atlântica, principalmente, o coco da palmeira andáia. Esta atividade era conciliada com outras, como a caça, a pesca e a agricultura. Nas práticas agrícolas, a lavoura de mandioca se consolidou como a principal atividade econômica dos moradores. A análise da memória de seu João Moura revela que sua sabedoria é fruto da relação que ele tem com a natureza e com as tradições de sua família. Pois através delas aprendeu a melhor forma de subir na palmeira de andáia, de selecionar, de escolher o melhor dia, a época que tem mais fruto, de cortar e preparar o coco para servir como anti-inflamatório natural:

“com a palmeira de Andáia, a gente tirava o coco e partia com facão, com pedra ou com o olho do machado; pegava o coco maduro, tirava as bagas e



passava no pilão, se tivesse seco coloca no fogo e daí fazia o óleo, que ficava igual a uma banha de galinha todo amarelinho; esse óleo servia para remédio, passa no cabelo pra amacia, passa na pele, pra sarar um talho, curar enfermidade nos bichos, pra tudo que precisava; saía daqui uma turma de mulheres, uma subia na palmeira, outra batia a vara, quando o coco chegava no chão, enchia o balaio botava na cabeça e trazia pra casa e fazia o óleo que usava e vendia; mamãe mesmo, trabalho muito com as mulheres; eu subia na palmeira de andáia e passava o facão na palha, de lá via a serra toda; com as palha cobria o rancho, ninguém tinha casa de telha; lascava as palhas em duas partes e fazia a cobertura, aquilo por dentro ficava bonito, uma coisa linda, nasci e me criei em casa de palha”⁴.

Dessa maneira, a lavoura dos moradores ficou destinada basicamente à subsistência, complementada com a caça e a pesca. É na confluência dos relatos que a memória tece os significados dado a cultura do lugar, pois segundo a história contada por D. Creuza, o povo caçava e pescava muito aqui com o monzuar e o jiqui⁵.

“bom pra pegar peixe, era buscar uma casa de arapuá, tirava os filhos de arapuá e fato de galinha para servir de isca; ou uma raiz de mandioca, com três dias ela ta cheirando a viaco, quebra o pedaço e joga dentro ai o peixe vem roer a mandioca. Mas de primeira o povo sabia como pegar o peixe, aqueles peixe pequeno soltava tudo dentro do rio, levar pra casa pra que, um filho de traíra, jundiá, de acará, pitu. O povo devolvia no rio pra criar, pra crescer, ta pensando que é uma só vez que precisa, traz o que precisa e deixa o outro pra outra ocasião que precisa. Era por isso que sempre no rio tina peixe, que o povo tinha consciência também. Era pegando o filho de peixe e jogando dentro do rio, na hora que batia o monzuar no chão saía catando o pequeno e jogando no rio e o grande ia jogando no cesto e levava pra casa”⁶.

Fato que nos faz lembrar o já constatado por Diegues e Arruda (2001, p.38), que “as populações tradicionais não-indígenas receberam forte influência indígena, que se revela não só em termos regionais, como nas diversas tecnologias patrimoniais de preparação de alimento, cerâmica, técnicas de construção instrumentos de caça e pesca”.

Para a os moradores do “Comum”, o espaço da comunidade é o lugar da sua vida cotidiana. O valor dado a terra na comunidade do “Comum” incorpora os recursos

⁴ Srº João de Marcio Moura, 86 anos de idade, casado e aposentado. Entrevista concedida em 21 de Janeiro de 2011, na comunidade do “Comum”. Acervo do autor.

⁵ O Monzuar é armadilha para pegar peixe, como, jundiá, cambota e traíra. Feito de bambu trançado com cipó que é pra água não acumular no fundo. Dentro do monzuar joga umas pedrinhas que é pra fazer peso e coloca no fundo do rio. Depois de uma noite a gente vai espisar, tirava e batia no chão, tá aquela peixada, pá, pá, pá... O Jequi servia tanto para a pesca e para a caça. A caça que pegava era a paca, catitu e a raposa. Feito de taboca e de cipó. Aqui tinha o cipó, branco, canário, preto, capitão, hoje não tem mais.

⁶ D. Creuza, 75 anos de idade, aposentada. Entrevista concedida em 08 de Fevereiro de 2011, na comunidade do “Comum”. Acervo do autor.



naturais disponíveis, como as árvores que tem possuído alguma forma de riqueza extrativista, e as lavouras. Isso porque, associados à terra, estão todos os valores e costumes que povoam a cultura e o direito desse povo. O principal deles, a noção do valor de seus próprios conhecimentos sobre o cultivo da terra.

Ainda que fisicamente distantes da zona urbana, essa comunidade não é auto-suficiente. Assim, na comunidade do “Comum” seus moradores vivem principalmente, entre outras alternativas, da agricultura e dependem do mercado e da feira-livre que fazem pequenas comercializações de produtos primários. A distância que os separa da área urbana não significa, de modo algum, isolamento dos processos de reprodução do capital.

Observamos que o direito a inclusão produtiva pode estabelecer uma lógica própria das práticas de subsistência, sem imposições externas; nesse contexto a comunidade não é refém do mercado. A comunidade usa a produção e suas práticas produtivas são voltadas para a subsistência, mas do que para se inserir economicamente. A comunidade do “Comum” não é fechada, também não há nem um romantismo nessa compreensão de que ela é hermética e deve se considerar e permanecer fechada em si mesma. Na comunidade do “Comum”, seus membros agem de acordo com o ritmo e com a lógica própria, alimentada nas práticas de subsistência vinculada ao uso e cultivo da terra e das relações com a natureza. Enfim, na comunidade do “Comum” o uso da terra como modo de vida, é uma questão crucial para seus moradores. O nascimento da cooperação entre os moradores não foi desenvolvida com o fim em si mesmo, mais como uma necessidade biológica de construção e manutenção da vida.

ÚLTIMAS REFLEXÕES PARA FUTURAS INDAGAÇÕES

A conservação da biodiversidade depende do respeito aos direitos das comunidades locais (SHIVA, 2001). A alienação desses direitos é o caminho para a deterioração da biodiversidade, ameaçando a sobrevivência ecológica e o bem-estar econômico. Para ela, “a diversidade é a chave da sustentabilidade. É à base do mutualismo e da reciprocidade – “a lei do retorno” que tem como princípio o reconhecimento do direito de todas as espécies à felicidade e ao não-sofrimento” (SHIVA, 2001, p.113).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

O envolvimento das comunidades tradicionais e seus papéis essenciais na preservação ecossistemas presentes em todo planeta nos faz refletir sobre a produção de modos de vida alternativo ao modelo urbano-industrial capitalista. Sendo assim, Buarque (2002, p.25), já sinaliza que, “o desenvolvimento local pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em unidades territoriais e agrupamentos humanos”. E ainda acrescenta que, para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local.

Enfim, repensar e reconhecer a interconexão energética existente entre a sociedade e a natureza é um passo imprescindível para a superação da visão mecanicista do mundo, que parece preponderar. Esse elo fundamental nos ensina que o ser humano volte a ser parte e, -- não fique a parte -- da natureza. Nesse sentido, a idéia de desenvolvimento deve avançar, ultrapassando os padrões econômicos, civilizacionais e culturais ocidentais. A necessidade de preservação da existência física, psicológica e cultural dessa mistura simbiótica dos povos e comunidades tradicionais bem como da biodiversidade através da prática agricultura familiar abre janelas e caminhos nessa direção para o reconhecimento da necessidade de lutar para manter vivas nossas culturas e ecossistemas em toda a sua diversidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMANN, Gerd. **El enigma multicultural**. Barcelona: Piados, 2001

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável**. RJ: Garamand, 2002.

CASTRO, Rocío. “A cultura tecendo as redes para o Desenvolvimento Local: o programa de Revitalização do Centro Histórico de Salvador de Bahia”. Em



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

- ROESCH, Sylvia, **Gestão Social para o desenvolvimento: casos para ensino**. Salvador: CIAGS, UFBA, 2004.
- CASTRO, Rocio (Org.). **Participação cidadã no meio rural: análise dos conselhos municipais no âmbito do Projeto Pro renda/DLS Bahia**. GTZ, CIAGS/UFBA, 2006.
- DIEGUES, Antonio. **O mito moderno da natureza intocada**. SP: HUCITEC, 2008.
- EAGLETON, Terry. **A idéia de cultura**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. RJ: DP&A, 1999
- LÉVI-STRAUSS. **O Pensamento Selvagem**, Campinas: Papyrus, 1997.
- MASSEY, Doreen B. **Pelo Espaço: Uma Nova Política da Espacialidade**. RJ: Bertrand Brasil, 2009.
- NORRA, Pierre. **Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC – SP, Brasil, 1981.
- PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **Os Kiriri Sapuyá de Pedra Branca**. Salvador: Centro de Estudos Baianos da UFBA, 1985.
- RICOEUR, Paul. **Memória, História e Esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.
- SANTOS, Milton. **O lugar e o cotidiano**. IN: A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Ed. Hucitec. 1996.
- SANTOS, Samuel Dias. **Lágrimas da Serra: Os Impactos das Atividades Agropecuárias sobre o Geossistema da APA Municipal da Serra da Jibóia, no Município de Elísio Medrado-Ba**. Monografia de Especialização em Desenvolvimento Regional Sustentável. Universidade do Estado da Bahia – Campus V. SaJ, 2003.
- SENE, Eustáquio de; MOREIRA, João Carlos. **Geografia Geral e do Brasil: Espaço Geográfico e Globalização**. – São Paulo: Scipione, 1998.
- SHIVA, Vandana. **Manifesto para uma Democracia de la Tierra**. Barcelona, 2006.
- _____. **Biopirataria: A Pilhagem da Natureza e do Conhecimento**. Trad. Laura Cardellini Barbosa de Oliveira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.